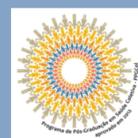


O lançamento do livro “A Pandemia e a Saúde Coletiva: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano” coincide com a intensificação das iniciativas do Conselho Nacional de Saúde para a proteção física e psicossocial de trabalhadores e trabalhadoras em saúde e a luta em defesa do SUS, da vacina e da retomada do auxílio emergencial justo, que é um esforço para garantir alimento e sobrevivência para todas as pessoas. Temos no Brasil hoje uma política explícita de vulnerabilização e de extermínio, que é visível nas medidas e omissões do governo federal durante a pandemia. É fundamental combater o fascismo e mobilizar a sociedade e as instituições para garantir a democracia, além de reforçar as indicações da ciência e recomendações internacionais. Foi assim que compreendi essa iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGCol/UFRGS) de incentivar a produção de artigos sobre o contexto de enfrentamento à COVID-19 em diferentes lugares. Constituir ações de cidadania que ultrapassem as fronteiras das instituições e dos países é fundamental. O compromisso social das universidades na defesa de cada vida precisa se expressar em redes de produção e divulgação de conhecimentos em diálogo com a sociedade. Parabéns às organizadoras, ao organizador e a quem escreveu os capítulos! Boa leitura a todas as pessoas que – como eu – se identificam com seus sonhos e esperanças, ousando nesse momento difícil da história resgatar os melhores valores da humanidade e seguir transformando o mundo!

*Fernando Zasso Pigatto*  
Presidente do Conselho Nacional de Saúde



Sincronicidade feliz que, no início das comemorações do Ano Internacional dos Trabalhadores da Saúde e Assistência chamado pela Organização Mundial da Saúde, chegue às mãos dos leitores o livro “A Pandemia e a Saúde Coletiva: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano”. Iniciativa de fôlego do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRGS, mobilizando uma rede internacional de aproximadamente 50 autores e autoras de manuscritos sobre o enfrentamento à pandemia de COVID-19, incluindo iniciativas comunitárias, de gestão setorial e de produção de equidade, no Brasil, na Nicarágua, em Honduras, na Itália e em Moçambique. Festejo a rede formada e as contribuições do livro. Mas festejo, sobretudo, o fato de que são trabalhadores e trabalhadoras da saúde refletindo sobre questões relativas ao trabalho de enfrentamento à pandemia e em investigações para o desenvolvimento de novas tecnologias e para a qualificação da formação dos profissionais. Confirma-se o que está dito na campanha: um sistema de saúde precisa investir na formação e no trabalho, com ênfase na proteção dos seus agentes, que não há sistema de saúde sem trabalhadores e trabalhadoras.

*Mônica Padilla*  
Coordenadora da Unidade Técnica de Capacidades Humanas para a Saúde OPAS/OMS Brasil



**A PANDEMIA E A SAÚDE COLETIVA**  
Produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano

Aline Blaya Martins | Luciane Maria Pilotto | Renata Riffel Bitencourt  
Jaqueline Miotto Guarnieri | Alcindo Antônio Ferla - (Orgs.)

# A PANDEMIA E A SAÚDE COLETIVA

## Produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano



Aline Blaya Martins | Luciane Maria Pilotto | Renata Riffel Bitencourt  
Jaqueline Miotto Guarnieri | Alcindo Antônio Ferla – (Orgs.)



Antes de abrir o livro, desacelere e respire. Rememore os deslocamentos de sentidos e sentimentos que a pandemia de COVID-19 promoveu na sua vida. Pense nas invenções de formas de resistência que lhe permitiram atravessar essa difícil temporada e como elas podem iluminar futuros possíveis. Em boa medida, é isso que lhe aguarda nos textos deste livro: reflexões profundas sobre sentidos, sentimentos e invenções promovidas em resposta a este acontecimento singular na história recente. Autores vinculados ou convidados pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGCol) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos permitem acessar diferentes estudos e experiências relevantes. E colocarmos em perspectiva o que precisamos e podemos ainda fazer. Sem desconsiderar as perdas que tivemos, eles nos lembram o que ensinou Guimarães Rosa: “um amor tem muitos modos de parecer que morreu”. Assim, em cada página deste livro, encontre o amor escondido ou transbordante nele. E o dissemine.

*Luciano Bezerra Gomes*  
Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**A Pandemia e a Saúde Coletiva:  
produzindo conhecimentos  
e tecnologias no cotidiano**

**Aline Blaya Martins  
Luciane Maria Pilotto  
Renata Riffel Bitencourt  
Jaqueline Miotto Guarnieri  
Alcindo Antônio Ferla  
(Orgs.)**

**A Pandemia e a Saúde Coletiva:  
produzindo conhecimentos  
e tecnologias no cotidiano**



São Leopoldo  
2021

© Dos autores – 2021

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermund

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

P189 A Pandemia e a Saúde Coletiva: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano. / Organizadores: Aline Blaya Martins, Luciane Maria Pilotto, Renata Riffel Bitencourt, Jaqueline Miotto Guarnieri e Alcindo Antônio Ferla. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

357 p.; 16 x 23 cm.; edição trilingue

ISBN 978-65-86578-93-5

1. Saúde coletiva. 2. Pandemia – Saúde coletiva. 3. Sistema Único de Saúde – Enfrentamento – Pandemia. 4. Pandemia – COVID-19. 5. Saúde mental – Cuidado – Pandemia. I. Martins, Aline Blaya. II. Pilotto, Luciane Maria. III. Bitencourt, Renata Riffel. IV. Guarnieri, Jaqueline Miotto. V. Ferla, Alcindo Antônio.

CDU 614

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Experiência de extensão universitária:  
plantas medicinais e interprofissionalidade  
na educação popular em saúde  
em tempos de pandemia

*Akemi Larissa Moreira Suzuki*

*Amanda Della Bruna Campos*

*Caroline Baroni*

*Jaqueline Miotto Guarnieri*

*Juliana Silveira Tubino Ranucci*

*Letícia dos Santos Litran*

*Renata Riffel Bitencourt*

*Luciane Maria Pilotto*

*Magnólia Aparecida Silva da Silva*

*Renata Vidor Contri*

### **Introdução**

A utilização de plantas medicinais para fins terapêuticos é uma prática existente há séculos e encontra-se inserida em diferentes cenários culturais. Os primeiros registros do uso com objetivos terapêuticos datam de 2.600 a.C. e foram observados durante a Antiguidade egípcia, grega e romana, onde se deu a união de conhecimentos tradicionais e que foram sendo passados para outras gerações. No Ocidente, os primeiros registros da utilização da fitoterapia foram do botânico Teofrasto (372–287 a.C.), que listou cerca de 455 plantas medicinais, detalhando formas de uso e preparo de cada produto, sendo as primeiras prescrições datadas a partir do século V a.C (BRANDELLI, 2017).

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população de países em desenvolvimento desfrutam de práticas alternati-

vas e complementares na atenção básica em saúde, e desse total 85% fazem uso de plantas medicinais (ROSA; CÂMARA; BÉRIA, 2011). No Brasil, a utilização tradicional das plantas medicinais para o tratamento dos agravos de saúde configurou-se como prática habitual dentro de alguns contextos populacionais. Inicialmente, a utilização de plantas medicinais era uma prática comumente utilizada pelos povos originários. Todavia, após o período de colonização, novos conhecimentos e práticas passaram a ser agregadas por diferentes culturas, adentrando o contexto populacional (ALMEIDA, 2011).

Historicamente, o uso de remédios à base de ervas refere-se especialmente às comunidades tradicionais, em que as mulheres eram encarregadas de extrair das plantas os princípios ativos para utilizá-los na cura das doenças (FRANÇA *et al.*, 2007). Se, no início, o descobrimento das propriedades curativas das plantas foi intuitivo a partir da observação e instinto, hoje o estudo delas é objeto de diferentes ciências e tem despertado o interesse de vários profissionais de saúde na prevenção e tratamento de patologias. Mas, para que isso fosse possível, foi preciso compreender e aceitar a diversidade de usos das plantas medicinais por diferentes culturas e grupos humanos, cada qual com suas crenças, hábitos e formas de conceber a saúde e a vida. Outro aspecto importante é que o uso de plantas para fins medicinais está diretamente relacionado ao desenvolvimento da humanidade, acompanhando de forma direta o desenvolvimento científico e tecnológico, sendo imprescindível e fundamental para que ocorra a ampliação do uso medicinal de plantas, a criação de condições políticas que prosperem e venham a consolidar o setor.

Este texto, além de retratar brevemente o histórico e os avanços relacionados às plantas medicinais, é um convite à reflexão sobre a importância de seu uso e do reconhecimento dos saberes populares como ferramenta de promoção à saúde. Aliado a isso, busca retratar a importância da interprofissionalidade na prática da extensão universitária, utilizando como exemplo concreto o “Projeto de Extensão Interprofissional: educação popular em saúde com plantas medicinais”, desenvolvido por estudantes e professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) du-

rante o período de Ensino Remoto Emergencial com a suspensão das atividades presenciais devido à pandemia da COVID-19.

### **Medicina popular no Brasil**

No Brasil, a prática da medicina popular configura-se em decorrência da fusão de diversas vivências culturais, que nada mais são do que o resultado da composição originária do povo brasileiro, sendo essa prática dinâmica e em constante transformação no que se refere à incorporação de sua aplicação. Em um levantamento realizado em 2004 pelo Ministério da Saúde, em todos os municípios brasileiros constatou-se que a fitoterapia estava presente em 116 municípios, contemplando 22 unidades federadas por meio da incorporação de Programas Estaduais e Municipais de Fitoterapia. Contudo, por não existirem diretrizes específicas que controlem essa prática, ela ocorre de maneira desigual nos diferentes municípios, o que dificulta o registro adequado e, conseqüentemente, não obtém o fornecimento suficiente de insumos nem ações fidedignas de acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2015).

A partir da conferência de Alma-Ata em 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou o Programa de Medicina Tradicional, tornando a implementação de políticas públicas referentes às plantas medicinais na atenção básica um dos objetivos para os anos seguintes. O caminho para a institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no Brasil iniciou no ano de 1981, quando, por meio da Portaria nº 212, de 11 de setembro, o Ministério da Saúde definiu o estudo das plantas medicinais como uma das prioridades de investigação clínica. Em 1982, foi criado o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde (PPPM/CEME) e, entre os estudos realizados, objetivou-se conhecer as plantas medicinais empregadas pela população a partir da validação de suas ações farmacológicas (BELEZA, 2016).

Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, foi deliberada a introdução de práticas alternativas de assistência nos serviços de saúde, após consolidada pela Comissão Interministerial de Planejamento e Coordena-

ção (CIPLAN), que publicou, em 08 de março de 1988, uma resolução para implantar a prática de Fitoterapia em acréscimo a outras ações nos serviços de saúde (BRASIL, 1988). Passados dez anos após a resolução da Conferência Nacional de Saúde, essa prática passou, de fato, a ser incorporada dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) através da aplicação de terapias como a Homeopatia e a Fitoterapia (BECKER, 2012).

Cabe ressaltar que a maior parte dessas resoluções era advinda de demandas da sociedade civil, servindo como preditoras para a implantação e implementação das políticas públicas surgidas no Brasil. Tais políticas impulsionaram as várias práticas pioneiras, que antes eram realizadas de modo isolado por alguns profissionais e/ou serviços de saúde vanguardistas na área das plantas medicinais e Fitoterapia em alguns municípios (BRUNNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

Tendo em vista a importância, a diversidade de plantas e os usos existentes dentro da cultura nacional no Brasil, foi criada a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, aprovada por meio do Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Essa conquista estabeleceu diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações, mirando a garantia do acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, além do incentivo ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, levando ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, assim como ao uso sustentável da biodiversidade brasileira (BRASIL, 2006b). Nesse mesmo ano, também foi criada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) como resposta às demandas oriundas de várias conferências de saúde, propondo a implementação de tratamentos alternativos com abordagens de cuidado integral à população por meio de sistemas complexos e outras práticas que envolvem recursos terapêuticos diversos, a incluir o uso de plantas medicinais e a fitoterapia (BRASIL, 2006a).

Subsequente à criação da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, surgiu o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF) em 2009. Tal programa estabelece ações em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de

plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil através do avanço de tecnologias e inovações, assim como a promoção do fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde. Dentre suas estratégias estabelece diretrizes para estimular a informação e a comunicação no setor das plantas medicinais e fitoterápicos, sendo essa difundida através dos conhecimentos que devem ser estimulados a partir da criação de espaços apropriados para a informação e discussão de questões pertinentes ao tema em questão, de forma que seja possível abranger públicos-alvos distintos, incluindo a sociedade civil. A divulgação do tema contribui para o compartilhamento do conhecimento e para a utilização correta, segura e responsável das plantas medicinais e dos fitoterápicos por parte da população brasileira (BRASIL, 2009).

Além das políticas já citadas e atentando para a relevância das plantas medicinais na atenção à saúde, o Ministério da Saúde mantém uma lista de plantas de interesse terapêutico, a Relação Nacional de Plantas de interesse para o SUS (RENISUS), que elenca as plantas de uso medicinal popular. As plantas com suas indicações validadas fazem parte da Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (RENAFITO), que vem subsidiar a prescrição de fitoterápicos no âmbito dos serviços de saúde do SUS, sendo parte da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (BRASIL, 2006b).

Desde a aprovação e implementação de tais políticas, a oferta das diferentes práticas de cuidado no SUS tem crescido exponencialmente e possibilitado um significativo avanço no reconhecimento e valorização das plantas medicinais, assim como também de outras práticas que possibilitam o incremento à saúde e a qualidade de vida da população. Todavia, ainda existem inúmeros desafios para a efetivação dessas políticas, partindo de seu distanciamento em relação às universidades e pesquisas. Por consequência, há um maior despreparo e desconhecimento dos profissionais de saúde, aliados à falta de interesse dos gestores, prevalecendo o discurso e a prática biomédica, hospitalocêntrica e medicalizante.

## **Interprofissionalidade na formação e na atenção à saúde**

No que se refere à rede de atenção à saúde do SUS, a Atenção Básica é um campo privilegiado para a materialização dessas políticas mencionadas. Além de ser a principal porta de entrada do nosso sistema de saúde, oferecendo atendimento integral e longitudinal, estabelece uma maior aproximação e vínculo com a população, possibilitando o trabalho interprofissional das equipes de saúde. Ao atentarmos à interprofissionalidade, o prefixo “inter” leva-nos ao “interior de dois”, referindo-se nesse caso a duas ou mais profissões, que encontram o que há de comum entre elas, ponto de indiscernibilidade que converge nos elementos de um mesmo campo do saber. Nessa perspectiva, quando se reconhece “o comum” nessa relação, novas demandas de conhecimento surgem para as profissões em composição (CECCIM, 2018). Assim, o trabalho interprofissional compartilha objetivos, desenvolve identidade de equipe e busca o cuidado integral, levando em consideração o caráter complexo e dinâmico das necessidades de saúde de indivíduos e coletivos, considerados coprodutores dos atos em saúde (BARROS; SPADACIO; COSTA, 2018).

A criação de espaços onde a interprofissionalidade possa acontecer e ampliar os conhecimentos dos estudantes de graduação, dos profissionais que atuam nos serviços e das populações, gerando melhores resultados de saúde, emerge como alternativa ao modelo hegemônico de ensino e cuidado em saúde. Diversas experiências dessa natureza vêm sendo construídas, dentre elas a disciplina de Práticas Integradas em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que envolve quinze cursos de graduação (TOASSI; MEIRELES; PEDUZZI, 2020). Tal estratégia tem se mostrado de grande relevância por promover atividades de ensino compartilhadas e interativas com estudantes de diferentes cursos da saúde, sendo percebida como uma oportunidade para o desenvolvimento de atitudes positivas, resultando em maior disponibilidade para o trabalho compartilhado. Tal espaço configura a Educação Interprofissional (EIP), que visa à formação de profissionais aptos a colaborar e trabalhar em equipe e, por consequência, à melhoria da qualidade da atenção à saúde, coerente com as necessidades de fortalecimento do SUS (CAIPE, 2013).

A adoção de métodos de ensino inovadores que estimulem o aprendizado compartilhado de forma interativa destaca-se como a principal característica da EIP, evidenciando um importante diferencial para a formação acadêmica. Oportunidades de EIP durante a graduação, como projetos de extensão dentro da universidade, contribuem para a formação de profissionais preparados para uma atuação integrada em equipe. A EIP passa a ser um meio de encontrar respostas aos novos problemas que se configuram, como a complexidade das necessidades de cuidado e a fragmentação do cuidado prestado pelas diferentes especialidades profissionais (PEDUZZI *et al.*, 2013).

A interprofissionalidade como ferramenta de aprendizado, troca e transformação é uma potente aliada ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, aproximando a universidade da comunidade em geral, contribuindo de forma positiva e comprometendo os futuros profissionais com práticas de cuidados integrais e contra-hegemônicas. Além disso, a prática da extensão universitária, embora ainda incipiente, pode ser uma tática para superar essas barreiras e aproximar tais contextos na medida em que passa a inserir os estudantes em diferentes territórios e a construir uma relação dialógica e comprometida com as necessidades reais.

Destaca-se que a saúde é entendida a partir de uma concepção socio-histórico-cultural, que enfatiza a integralidade do cuidado com as equipes de saúde atuando em uma perspectiva interdisciplinar, rompendo a concepção biomédica, centrada na doença, e reconhecendo a importância da multiprofissionalidade no cuidado (BATISTA, 2012). Além disso, é preciso pensar a saúde através de uma construção conjunta com as comunidades, favorecida por meio da extensão e por práticas e iniciativas que valorizem e ampliem os conhecimentos populares. Dessa forma, é necessário contar com a Educação Popular em Saúde (EPS) como alicerce para a execução dessa seara.

A EPS foi reconhecida enquanto política pública em 2013 e apresenta-se como um caminho capaz de contribuir com metodologias, tecnologias e saberes para a mudança de paradigma e constituição de novos sentidos e práticas no âmbito da saúde pública. A mesma reafirma o compromisso

com os princípios do SUS e propõe uma prática político-pedagógica que inclui ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, baseadas no diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos, assim como a inserção desses no SUS (BRASIL, 2013).

Assim, as ações baseadas na EPS voltadas para o campo das plantas medicinais e fitoterapia promovem valores como a inclusão social e a participação popular, valorizando um recurso terapêutico amplamente utilizado e conhecido pela população. Essas práticas conjuntas podem resultar na diminuição das barreiras que, muitas vezes, afastam serviços de saúde e seus usuários na medida em que promovem o aumento da autonomia dos pacientes em seus tratamentos.

É fato também que as camadas mais vulnerabilizadas da população dificilmente apresentam acessibilidade na aquisição de medicamentos industrializados. A dificuldade de obtenção desses, acrescida ao custo de aquisição nem sempre democrático, induz à busca, à conservação e à difusão do conhecimento popular sobre outras formas de fazer tratamento, como através do uso de plantas medicinais (SILVA *et al.*, 2014). Além disso, a ampliação de práticas no cuidado em saúde permite a abertura de um diálogo em que é possível exercer uma linguagem comum a todos, viabilizando um contato mais humano e uma interação mais acessível, resultando na horizontalização das relações e criando um espaço para que seja possível a formação de vínculos com os usuários que são acompanhados nos serviços de saúde.

Na atenção básica à saúde, o uso de plantas medicinais, além das vantagens mencionadas previamente, contribui também para ampliar os recursos terapêuticos, resgatar saberes populares, preservar a biodiversidade e o conhecimento tradicional. Apoiar esse tipo de compreensão significa também resistir a uma clara tentativa de marginalização do saber tradicional das mulheres, de povos originários e sua medicina tradicional. Ao compreender as características da atenção básica, evidencia-se a razão de inserir o uso de plantas medicinais nesse nível de atenção, uma vez que busca a coordenação do cuidado, do vínculo, da humanização e da participação

social. Além disso, considera o sujeito em sua singularidade, complexidade e inserção sociocultural, prezando pela promoção de sua saúde, prevenção e tratamento de doenças, redução de danos que possam comprometer as possibilidades de uma vida saudável (BRASIL, 2007). Dessa forma, para fomentar o uso racional de plantas medicinais na atenção básica, entra em ação a extensão universitária, que se configura por ser o elo entre a universidade e a sociedade (SANTOS JÚNIOR, 2013).

Nesse sentido, os projetos de extensão universitária visam promover, integrar e abreviar o distanciamento entre o conhecimento científico e o saber popular através da disseminação e da construção de um diálogo direto com a comunidade. Ademais, esse tipo de proposta promove a formação do profissional cidadão junto à sociedade, resultando na elaboração de um espaço comum de produção do conhecimento significativo para a superação, dando voz a todos os interlocutores, de forma que seja possível a atenuação das desigualdades sociais existentes (SCHEIDEMANTEL *et al.*, 2004).

Buscando agregar as diferentes perspectivas mencionadas anteriormente, tanto a nível de atuação interprofissional como a nível de atuação dentro da comunidade e a fim de contribuir para melhorias da qualidade de vida da população, de forma a fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, foi criado o “Projeto de Extensão Interprofissional: educação popular em saúde com plantas medicinais”. O projeto integra estudantes e professoras da graduação e pós-graduação das áreas de Agronomia, Farmácia, Odontologia, Psicologia e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e propõe o compartilhamento de informações referentes aos saberes das diferentes áreas em relação às plantas medicinais.

Esse projeto constitui um potente espaço para a EIP na medida em que torna possível a prática interprofissional durante a formação acadêmica e para além dela, auxiliando de forma positiva na construção profissional e pessoal do grupo, assim como também promovendo a ampliação de opções de práticas terapêuticas. A partir da comunicação interprofissional, cuja premissa é baseada em “aprender juntos para trabalhar juntos”, busca fomentar o diálogo entre conhecimento científico e saber popular, desen-

volvendo também ações de educação em saúde junto a comunidades no município de Porto Alegre.

### **A extensão como expressão da função social da universidade na pandemia**

Entende-se que a extensão pressupõe um forte componente dialógico territorial presencial e dinâmico, porém diante do momento de pandemia da COVID-19, ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que impôs limites e distanciou-nos fisicamente, necessitou reinventar-se. Assim, através de encontros virtuais realizados pelas extensionistas, foram reunidas informações por meio de buscas bibliográficas e realização de cursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS, o que possibilitou conversas e exposições, reunindo diferentes experiências. Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo destaca-se a elaboração de duas cartilhas voltadas à comunidade: a “Cartilha de Plantas Medicinais indicadas para sintomas respiratórios” e a “Cartilha de Plantas Medicinais: orientação para cultivo, colheita e armazenamento”. Essas cartilhas apresentam orientações e ilustrações que tornam as informações mais acessíveis e estão sendo divulgadas de forma virtual, encontrando-se disponíveis na plataforma LUME/UFRGS.

A “Cartilha de Plantas Medicinais indicadas para sintomas respiratórios” foi pensada pelo grupo com o intuito de tornar a informação mais acessível para os cuidados com a saúde no momento de distanciamento social e durante o período de inverno, no qual os sintomas respiratórios são muito comuns, levando em consideração que a busca por plantas que aliviam esses sintomas aumenta nesse período. A fim de tornar o conteúdo ainda mais completo para o acesso da população, a cartilha também contém informações sobre as formas de utilização das plantas, bem como as medidas indicadas e o que fazer em caso de efeitos indesejados durante o tratamento.

O conteúdo desenvolvido na cartilha acima citada mostra-se relevante quando pensamos em alternativas de tratamento para o novo coronavírus, para o qual agentes terapêuticos e profiláticos efetivos ainda estão em desenvolvimento. Alguns estudos têm voltado sua atenção para as plantas

medicinais, visto que diversas plantas e seus grupos fitoquímicos possuem atividade antiviral conhecida, sendo promissoras para pesquisas que possam verificar seu papel no combate à COVID-19. Na literatura científica, já são citados fitoterápicos e extratos de plantas com potentes antioxidantes para aliviar sintomas associados ao coronavírus, como do trato respiratório superior, a exemplo da *Nigella sativa* e *Punica granatum*, mais conhecidas como cominho-preto e romã respectivamente, que contêm fitoquímicos antivirais por inibir a replicação viral (KHAN *et al.*, 2020).

Já a “Cartilha de Plantas Medicinais: orientação para cultivo, colheita e armazenamento” foi desenvolvida a partir da reflexão acerca da acessibilidade das plantas pela população em geral, fornecendo autonomia para o cultivo das mesmas em suas casas. A cartilha apresenta informações sobre como obter mudas das plantas, práticas de manutenção das mesmas, como colheita, limpeza, secagem e armazenamento de forma adequada, sendo esses aspectos importantes para a qualidade das plantas e que nem sempre são abordados quando se trata da utilização de plantas medicinais na atenção à saúde.

Ao levar em consideração o cenário global e o impacto profundo que a COVID-19 tem causado na sociedade, as propriedades das plantas medicinais para os sistemas imunológico, respiratório, cardiovascular e gastrointestinal, já conhecidas e estudadas antes do aparecimento da pandemia, são foco de novos olhares como aliadas na crise e até mesmo como potenciais fontes de fármacos candidatos contra o coronavírus (ADHIKARIL, 2020). Aproveitar o conhecimento sólido e fundamentado que existe a respeito das atividades terapêuticas dessas plantas, para levar informação e permitir que a população aplique e faça uso desse recurso de mais fácil acesso nesse momento, traz enormes contribuições para a saúde pública e para o coletivo. Assim, tornou-se um dos objetivos de atuação do projeto de extensão durante o período de isolamento social. Além das melhorias já comentadas, as plantas medicinais também vêm sendo amplamente utilizadas de forma associativa ao tratamento de distúrbios e transtornos mentais, como depressão, insônia e ansiedade, visto que a própria atividade de cuidar e cultivar plantas constitui uma prática com benefícios terapêuticos para a saúde mental.

Mesmo existindo essas práticas alternativas de cuidado à saúde, as plantas apresentam efeitos colaterais e podem apresentar interações medicamentosas com outros medicamentos – sendo assim, devem ser prescritas por profissionais capacitados e qualificados. Dessa forma, tornam-se cada vez mais importantes espaços que permitam o aprofundamento e o estudo dessas práticas para que, a partir disso, se faça o uso responsável e adequado (NUTRITION AND FOOD SCIENCE, 2005).

Durante a construção das cartilhas, cada membro do projeto contribuiu com conhecimentos específicos de sua área de maneira singular, aprendendo e compartilhando com os demais colegas, de forma a pensar e repensar o cuidado com a saúde sob diferentes olhares. Ademais, possibilitou trocas e reflexões acerca do papel da universidade na sociedade, dando suporte e qualificando a formação profissional para o trabalho em equipe, na medida em que oportunizou a ampliação dos conhecimentos coletivos e individuais do grupo a respeito do uso das plantas medicinais. Essa configura-se como uma ferramenta de grande valia não apenas no que diz respeito a alternativas de cuidado com a saúde, mas também por ser um instrumento que oportunizou a união entre mulheres que lutam por um ideal comum coletivo.

Dar continuidade ao projeto, adequando-se às condições de pandemia vivenciadas no ano de 2020, foi um grande desafio para o grupo, visto que o trabalho proposto preconizava a interatividade com diferentes comunidades, como unidades de saúde da atenção básica, escolas municipais e comunidade acadêmica da UFRGS, para o mapeamento das principais plantas medicinais utilizadas por essas populações e, a partir disto, desenvolver em conjunto as ações que auxiliassem na utilização adequada e na construção do conhecimento. O desenvolvimento das cartilhas como forma de substituir esse contato durante esse período mostrou-se engrandecedor para todas as extensionistas, que almejam contribuir para a expansão do projeto e a disseminação das ações curativas das plantas medicinais a fim de atrair mais olhares para o tema no futuro.

Além disso, o ambiente virtual possibilitou o contato do grupo com outras regiões do país, como Passo Fundo/Rio Grande do Sul, onde ocor-

reram três eventos simultâneos, nos quais o grupo se fez presente: 14ª Reunião Técnica Estadual de Plantas Bioativas, V Seminário Regional de Plantas Bioativas e Homeopatia e II Jornada Sul-Brasileira de Pesquisa em Plantas Medicinais e Homeopatia. Esse contato com outras localidades foi de grande valia, pois não apenas aumentamos a visibilidade do Projeto de Extensão como também tivemos oportunidade de trocar saberes com outras pessoas inseridas no meio. As plataformas virtuais mostraram-se, de forma geral, grandes aliadas do projeto durante o período de excepcionalidade vivido com a pandemia da COVID-19. Através delas foi possível aproximar as extensionistas, criando laços de convivência, mesmo sem o convívio de forma presencial, aprofundar os estudos do grupo utilizando bibliografias disponíveis em formato virtual e permitindo, além da participação do grupo em eventos *on-line*, momentos de conversa com pessoas externas ao grupo, agregando ainda mais sob o ponto de vista interdisciplinar.

### **Considerações finais**

Sob a perspectiva da formação acadêmica no campo da saúde, nota-se que durante a graduação, em alguns cursos, o tema das plantas medicinais é pouco abordado. A partir dessa observação levantada no decorrer das reuniões realizadas pelo grupo, buscamos através da extensão abrir espaços na universidade para estimular o desenvolvimento de metodologias educacionais que incluam e possibilitem a discussão do tema, resultando em modelos de atenção à saúde mais inclusivos e que incorporem a medicina tradicional às suas práticas.

Com a pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil e no mundo as medidas de restrição de deslocamentos vieram para reduzir o contato social e, assim, evitar a propagação do vírus. Num momento de reclusão, necessário e emergente, é determinante que sejam pensadas alternativas para manter a mente saudável e fortalecer também a imunidade. Assim, todo esse contexto, acrescido de questões como os elevados impostos da assistência médica privada, a precariedade da assistência prestada pelos serviços públicos, o alto custo de medicamentos alopáticos, inseridos em um

panorama onde o sistema de saúde encontra-se saturado e apresentando dificuldades de sanar as demandas, principalmente durante esse momento de pandemia, a população vem buscando uma maior adesão ao uso da medicina natural e alternativa (FRANÇA *et al.*, 2007).

O estudo das plantas medicinais requer a interação de diversas ciências. Nesse sentido, para a publicação das cartilhas, a composição interdisciplinar do grupo foi de fundamental importância, resultando num espaço diverso de aprendizado. Destaca-se também nas atividades realizadas pelo grupo o estudo sobre o tema das plantas medicinais, que possibilitou o desenvolvimento dos materiais informativos através de cursos e reuniões, nas quais cada participante expôs os conhecimentos de sua área relacionados ao uso das plantas medicinais na atenção básica à saúde.

Essas experiências bem-sucedidas de Educação Interprofissional reforçam a importância de estimular novos espaços e ações de extensão onde seja possível “aprender entre si, com e sobre os outros”, oportunizando a interação entre estudantes e profissionais de diferentes cursos, proporcionando de forma concomitante a formação de competências para trabalhar em equipe de forma colaborativa e oferecer um cuidado centrado nos sujeitos. Da mesma forma, à medida que as atividades passarem a ser presenciais, poderão aproximar a universidade da comunidade, possibilitando o reconhecimento da realidade e das necessidades da população, tendo os sujeitos como protagonistas na construção e produção do cuidado em saúde. Ademais, a ampliação dos conhecimentos a partir da construção de um projeto de extensão, tendo como objetivo central a utilização das plantas medicinais, traz consigo a ampliação e a valorização dos saberes populares, que se configuram como ferramentas importantes para a efetivação da EIP.

Para finalizar, é importante ressaltar que a extensão representou um processo educativo de grande valor na formação crítica de todas as participantes, oportunizando a troca de conhecimentos, saberes entre educandos e educadores, sempre considerando que ambos apresentam histórias individuais e coletivas dentro de um contexto social compartilhado. Tudo isso somente foi possível, pois se pôde contar com exemplos de liderança com interesse, conhecimento e experiência que motivaram o grupo no com-

promisso com a educação, saúde e sociedade. Ainda, os encontros virtuais também auxiliaram as participantes a enfrentar e superar de forma mais amena o momento da pandemia que estamos passando.

## Bibliografia

- ADHIKARIL, B. *et al.* Potential roles of medicinal plants for the treatment of viral diseases focusing on COVID-19: A review. **Phytotherapy Research**, p. 115, 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7675695/pdf/PTR-9999-na.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2020
- ALMEIDA, M. Z. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 221 p.
- BARROS, N. F.; SPADACIO, C.; COSTA, M. V. Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe1, p. 163-173, set. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000500163&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000500163&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- BATISTA, N. A. Educação Interprofissional em Saúde: Concepções e Práticas. **Caderno FNEPAS**, São Paulo, v. 2, 2012. Disponível em: <[http://fnepas.org.br/artigos\\_caderno/v2/educacao\\_interprofissional.pdf](http://fnepas.org.br/artigos_caderno/v2/educacao_interprofissional.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- BECKER, M. B. **Programas de Fitoterapia na Rede Pública de Saúde no Brasil**. 2012. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://spb.ufsc.br/files/2012/09/TCC-Mariana-Becker.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- BELEZA, J. A. M. **Plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária à saúde**: contribuição para profissionais prescritores. Monografia (Especialização) – Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos/Rio de Janeiro, p. 49, 2016.
- BRANDELLI, C. L. C. Plantas Medicinais: Histórico e conceitos. In: MONTEIRO, S. C.; BRANDELLI, C. L. C. (Org.). **Farmacobotânica: Aspectos Teóricos e Aplicação**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. p. 1-13.
- BRASIL. Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação. Resolução nº 8, de 08 de março de 1988. Implanta a prática de Fitoterapia nos Serviços Públicos de Saúde. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília/DF, 08 mar. 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. 92p.

SUZUKI, A. L. M. *et al.* • Experiência de extensão universitária: plantas medicinais e interprofissionalidade na educação popular em saúde em tempos de pandemia

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares**: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b. 60p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 136p.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.761, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2013.

BRUNNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; DE MELO VIANNA, C. M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 10, 2012.

CAIPE – CENTRO PARA O AVANÇO DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL. **Introdução à Educação Interprofissional**. 2013. Disponível em: <[https://www.observatoriorh.org/sites/default/files/webfiles/fulltext/2018/pub\\_caipe\\_intro\\_eip\\_po.pdf](https://www.observatoriorh.org/sites/default/files/webfiles/fulltext/2018/pub_caipe_intro_eip_po.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CECCIM, R. B. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, supl. 2, p. 1739-1749, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832018000601739&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000601739&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FRANÇA, I. S. X. *et al.* **Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais**. Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Enfermagem.

Campina Grande, PB, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a09v61n2>>. Acesso em: 17 dez. 2020

KHAN S. A. *et al.* Combating COVID-19: The role of drug repurposing and medicinal plants. **Journal of Infection and Public Health** (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jiph.2020.10.012>>. Acesso em: 15 jan. 2021

NUTRITION AND FOOD SCIENCE. Herbs for good mental health. **Discover Journals**, Books & Case Studies, 2005. Disponível em: <<https://www.emerald.ez45.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/nfs.2005.01735aab.011/full/html>>. Acesso em: 15 dez. 2020

PEDUZZI, M. *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 47, n. 4, p. 977-83, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n4/0080-6234-reeusp-47-4-0977.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

ROSA, C. D.; CÂMARA, S. G.; BÉRIA, J. U. Representações e intenção de uso da Fitoterapia na atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 311-318, 2011.

SANTOS JÚNIOR, A. L. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 13, p. 299-335, 5 set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4178>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SCHEIDEMANTEL, S. R. *et al.* A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte**, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos5.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SILVA, S. H. C *et al.* Medicinal plants: traditions and popular knowledge of women from in an urban community of Rio de Janeiro, RJ, Brazil. **Revista Espacios**, v. 35, n. 4, p. 12, 2014. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a14v35n04/14350412.html>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

TOASSI, R. F. C.; MEIRELES, E.; PEDUZZI, M. Interprofessional practices and readiness for interprofessional learning among health students and graduates in Rio Grande do Sul, Brazil: a cross-sectional study. **Journal of Interprofessional Care**, [S.l.], p. 1-9, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13561820.2020.1773419>>. Acesso em: 10 dez. 2020.